

**Intervenção Ministra Adjunta e dos Assuntos
Parlamentares, no âmbito da apreciação, na
especialidade, da Proposta de Lei 37/XV/1.^a (GOV)**

28 outubro 2022

Sr. Presidente da Comissão de Orçamento e
Finanças,

Sr. Presidente da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias,

Sr. Presidente da Comissão de Cultura,
Comunicação, Juventude e Desporto,

Senhoras e senhores Deputados,

[Introdução]

Olhamos para o trabalho desenvolvido nos últimos meses como o lançar das primeiras sementes daquilo que queremos fazer em toda as áreas governativas que temos a responsabilidade de liderar. E hoje estamos aqui para responder pelo que levaremos a cabo no próximo ano:

A continuação e o reforço do trabalho para garantir o diálogo construtivo entre as várias áreas governativas e os Senhores Deputados, mas também pelo trabalho

das secretarias de Estado que integram esta área – a da Igualdade e Migrações e a da Juventude e Desporto. Assim, definiria como alguns dos nossos eixos para o ano de 2023 os seguintes:

- (i) Trabalhar para a integração de imigrantes e de refugiados em Portugal, trabalho que, reconhecemos, está sempre inacabado e exige uma constante capacidade de adaptação;
- (ii) Promover a igualdade e o combate à discriminação, uma tarefa que tem tanto de desafiante como de aliciante;
- (iii) Incentivar o aumento da prática de atividade física e desportiva, um passo essencial para a promoção da saúde pública;
- (iv) Assegurar a concretização do II Plano Nacional para a Juventude, que é tão importante para as novas gerações quanto foi ambicioso no seu desenho;

Quero começar por dizer que, em termos globais, esta área governativa regista um aumento de aproximadamente 17,6 milhões de euros, o que representa um crescimento de 12,3%, face ao OE anterior.

Desagregando um pouco por áreas, saliento que:

- Na área das Migrações, por exemplo, há um reforço da verba para a integração de migrantes e refugiados que ronda os 16 milhões de euros;
- Na área da Igualdade, teremos mais de 22 milhões de euros para o combate e prevenção da violência doméstica;
- Na área do Desporto, gostaria de destacar o reforço de 3,7% face ao ano em curso e de 11,75% face a 2021, bem como o aumento de destaque ainda o reforço, na ordem dos 14%, do orçamento para a Autoridade Antidopagem.
- E, na Juventude, sendo sobretudo uma área transversal a várias áreas governativas, consolida-se o orçamento de serviços e programas, como por exemplo a aposta na mobilidade e sustentabilidade, com a entrega de 21 000 bicicletas até 2024 a 863 escolas públicas de segundo ciclo, um projeto do desporto escolar financiado pelo PRR.

[SEC. DE ESTADO DA IGUALDADE E MIGRAÇÕES]

Esta área governativa assume também como prioridade a promoção de políticas ativas de inclusão,

reconhecendo a importância do contributo da imigração para o tecido social, cultural, demográfico e económico do país, nomeadamente através da operacionalização do acordo de mobilidade no espaço da CPLP.

No que toca às Migrações, começo desde já por abordar a situação de alguns cidadãos timorenses em Portugal, que tanto nos tem preocupado a todos. Porém, e como tem sido visível nas notícias dos últimos dias, o trabalho desenvolvido desde o final de julho por este Governo tem permitido encontrar respostas para a maioria dos casos, num trabalho de proximidade e parceria entre áreas governativas, autarquias, e sociedade civil. Esta é uma situação bastante volátil que exige uma resposta quer em Portugal quer na origem, e estamos a trabalhar tanto numa como na outra dimensão, além da dimensão criminal sobre a qual, todavia, não me compete alongar.

No âmbito da proteção humanitária, o Governo continuará a promover uma política de solidariedade ativa para com as pessoas que procuram refúgio no país, em articulação, também aqui, com o poder local e a sociedade civil, que têm mostrado ser cada vez mais

parceiros fundamentais para o trabalho que desenvolvemos.

O Governo continuará ainda apoiar uma política de inclusão social de crianças e jovens de contextos vulneráveis, promovendo a igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades, agudizadas pela crise socioeconómica decorrente da pandemia e da invasão da Ucrânia, através da renovação do Programa Escolhas para a 9ª Geração, a iniciar em 2023.

Queremos dar uma roupagem nova a este programa, por forma a garantir que as crianças e jovens, bem como as suas comunidades, têm mais e melhor acesso à cultura, que é, sem dúvida, um fator determinante na sua inclusão.

Assumem-se igualmente como prioritárias as respostas aos impactos da pandemia que tiveram efeitos específicos sobre as desigualdades estruturais entre mulheres e homens na sociedade portuguesa, impulsionadas pelo PRR e pelo Acordo de Parceria (Portugal 2030).

Em matéria de igualdade entre mulheres e homens, será promovida a participação equilibrada no mercado de trabalho, reforçando designadamente:

- (i) as condições de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar e a divisão igual do trabalho de cuidado e doméstico;
- (ii) a participação das mulheres e raparigas no setor digital e nas iniciativas de aquisição de competências digitais, bem como os programas de desconstrução de estereótipos de género nas escolhas educativas e profissionais, em articulação com as instituições do ensino superior no quadro do PRR;
- (iii) o apoio às mulheres na procura e na criação de emprego, bem como no acesso à formação profissional;
- (iv) e o combate à disparidade de rendimentos e à sub-representação das mulheres na tomada de decisão.

O Governo irá prosseguir as ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, tendo presente as consequências da crise

pandémica e socioeconómica, que veio agravar a vulnerabilidade das vítimas e potenciais vítimas.

Neste âmbito, será dada prioridade a medidas de proteção às vítimas, designadamente no apoio das estruturas de atendimento e de acolhimento, incluindo as especializadas, dos processos de autonomização e do apoio e reforço psicológico e psicoterapêutico a vítimas (incluindo a crianças e jovens).

Será dada continuidade aos programas de prevenção e combate à mutilação genital feminina e serão desenvolvidas medidas de apoio a vítimas de casamentos infantis, precoces e forçados e a vítimas de exploração sexual, em articulação com as organizações da sociedade civil.

O Governo dará, também, continuidade à proteção e promoção dos direitos das pessoas LGBTI+, em particular, através do combate às discriminações e violências de que são alvo.

Por outro lado, o Governo continuará a implementar o primeiro Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025, “Portugal contra o Racismo”, envolvendo a intervenção de várias áreas

governativas, por o combate contra o racismo ser, também ele, um combate transversal.

[SEC. ESTADO JUVENTUDE E DESPORTO]

Em janeiro, serão conhecidas as propostas de políticas públicas para garantir que há cada vez mais igualdade de género no desporto.

Em 2023, continuaremos com a concretização do II Plano Nacional para a Juventude (PNJ), apresentado publicamente a semana passada.

O PNJ envolve todas as áreas governativas, num compromisso conjunto que se consubstancia em medidas concretas com impacto na juventude. O Plano centra-se em 5 eixos principais, tendo em conta os resultados de uma ampla auscultação junto dos jovens:

- Eixo I – Emancipação e Autonomia, para promover os direitos económicos e sociais da juventude, tendo em vista a criação de condições materiais para a sua emancipação. As prioridades neste eixo prendem-se com o acesso ao trabalho e emprego; à habitação; a serviços públicos de qualidade.

- Eixo II – Educação e Ciência. As prioridades neste eixo pretendem garantir o cumprimento da escolaridade obrigatória, garantir condições para a frequência do ensino superior, que de uma forma transversal se promova a ciência e o conhecimento científico.
- Eixo III – Cidadania e Participação. Já as prioridades neste eixo prendem-se com a promoção da cidadania ativa e a participação das pessoas jovens nos processos de tomada de decisão, bem como a necessidade de robustecer o setor da juventude.
- Eixo IV – Estilos de Vida Saudáveis, para promover a atividade física e desportiva junto das pessoas jovens e, também, garantir que este público tenha acesso a serviços de saúde adequados às suas necessidades.
- Eixo V – Cultura e Criação Livre, que pretende promover a livre criação e o acesso à cultura.

De uma forma transversal, todos os eixos reforçam a promoção da igualdade e inclusão.

Ao todo, e nestes cinco eixos, o Plano Nacional para a Juventude contempla 425 medidas de políticas públicas centradas na jovem geração do país.

Medidas essas que representam um esforço orçamental mais de 3 mil milhões de euros até 2024.

No âmbito do emprego jovem vamos promover a inclusão social e laboral de jovens internados em Centro Educativo ou em situação de reclusão, através do desenvolvimento das competências pessoais, sociais e digitais, bem como pela desconstrução do preconceito e do estigma social.

Para 2023, o programa Erasmus + juventude totaliza cerca de 14 milhões de euros (aumento de cerca de 345%), o que representa a mobilização de 500 organizações juvenis e outras entidades com projetos na área da Juventude, o envolvimento de 10.000 jovens sendo que 55% destes são jovens com poucas oportunidades.

O programa “Eu sou digital” é uma parceria que se estende à confederação das associações juvenis, conselho consultivo da juventude, clubes desportivos e autarquias, tendo como objetivo a capacitação digital

de 27.000 adultos por jovens voluntários, cumprindo o objetivo das Nações Unidas da inter-geracionalidade.

Pretendemos no ano de 2023 dar continuidade ao Programa “ARRIBAR”, através de um projeto junto de um Estabelecimento Prisional - uma vez que este será o público-alvo do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI).

Continuaremos e iremos reforçar bastante o Programa Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas, que é reconhecidamente um dos projetos mais eficazes de proteção florestal e que, como tal, irá ser triplicado no próximo ano.

No âmbito do Programa “Agora Nós”, o IPDJ organiza a iniciativa “Geração Z”, através da qual entidades sem fins lucrativos e estabelecimentos escolares dinamizam projetos em 14 áreas de intervenção.

Também a área da saúde juvenil, implementada pelo Programa Cuida-te +, é uma prioridade no IPDJ. De facto, as medidas de saúde pública, onde se insere este programa, têm impacto, não só no bem-estar e saúde mental dos jovens em período pandémico e pós-

pandémico, mas também nas diferentes dimensões e momentos do seu desenvolvimento.

Até ao final de setembro mais de 65.000 jovens recorreram a este programa.

As políticas de juventude são tão mais eficazes quanto mais transversais. Por isso, quero aqui destacar a cooperação entre as várias áreas governativas no avanço de medidas específicas para os jovens, sublinhando nomeadamente:

- o alargamento do IRS jovem;
- o aumento da verba disponível para o apoio ao arrendamento jovem, o Porta65;
- o apoio aos estudantes de ensino superior, através de bolsas de estudo e de apoios ao alojamento.

Quanto ao Desporto, saliento desde logo a vitória que foi para nós garantir um reforço histórico no financiamento para a preparação Olímpica e Paralímpica para os Jogos Paris 2024.

O apoio do Estado para este ciclo olímpico e paralímpico será de 31,2 milhões de euros.

Dá-me particular alegria o facto de as bolsas para atletas olímpicos e paralímpicos serem agora

equivalentes. Também assim se garante, na prática, a igualdade.

Estou certa de que concordam que quanto maior a base de praticantes de desporto, melhores os atletas de topo. E porquê? Porque quanto mais pessoas praticarem desporto, maior a probabilidade de serem encontrados os melhores talentos. Por isso apoiamos o alargamento das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola, que por estas semanas passaram a funcionar em quatro concelhos: Mirandela, Famalicão, Loures e Lagos. Estas unidades garantem uma articulação eficaz entre os agrupamentos de escolas, os encarregados de educação, as federações desportivas para conciliar, com sucesso, a atividade escolar com a prática desportiva dos que são, simultaneamente, alunos do ensino secundário e atletas.

A luta pela verdade desportiva e a integridade no desporto são prioridades para este Governo e para isso prosseguimos uma estratégia cujos 3 pilares têm já resultados à vista.

Para generalizar a prática regular da atividade física, cujos benefícios todos reconhecemos, levaremos a cabo

uma campanha nacional sobre as vantagens da prática desportiva e desenvolveremos, através do projeto Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa (SUAVA), uma plataforma tecnológica para a promover. Alargaremos também o desporto escolar à comunidade, fomentando a mobilidade ativa, bem como a prática desportiva em contexto familiar.

A Autoridade Antidopagem de Portugal viu já, em 2022, o seu orçamento reforçado em 40%, garantindo, deste modo, uma maior eficácia na prevenção e luta contra a dopagem no desporto. Neste Orçamento, propomos um reforço de verbas na ordem dos 15%, com vista ao acompanhamento de forma sistemática da missão olímpica e paralímpica.

O Laboratório de análises de dopagem foi acreditado novamente junto da Agência Mundial Antidopagem, juntando-se à lista dos apenas 29 laboratórios acreditados em todo o mundo.

Também no desporto a cooperação entre as áreas governativas traz bons frutos, como são exemplo as diferentes medidas de prevenção de fenómenos de violência associados aos espetáculos e atividades

desportivas, com especial incidência na dissuasão das manifestações de racismo, xenofobia e de intolerância.

A afirmação internacional do desporto português é dos objetivos centrais da ação do Governo nesta área. O crescimento que temos vindo a assistir na captação de eventos desportivos internacionais, é sinónimo da competência organizativa e da qualidade das infraestruturas desportivas do nosso país.

Ainda esta semana tivemos a confirmação de que a 18.º Conferencia de Ministros do Desporto do Conselho da Europa que se realizará em Portugal em 2024.

[Conclusão]

Felizmente, são vários os dossiês em curso nas nossas áreas governativas pelo que, e nesta intervenção inicial, apenas nos foi possível abordar algumas iniciativas e com relativa profundidade, mas conto ao longo da audição responder a todas as questões, dúvidas e avançar com todos os pormenores que as Sras e os Srs. Deputados entenderem ser úteis para o vosso esclarecimento e também quaisquer contributos construtivos que nos queiram fazer chegar.

Esta equipa tem procurado articular a melhor resposta a dar aos que vivem neste país, num contexto que se pinta de incerteza: depois da pandemia, estamos agora a braços com uma guerra que faz escalar a inflação, que obriga a que muitos migrem, que fragiliza ainda mais os mais vulneráveis.

Obrigada.